

Demonstrações financeiras

TCP Log S.A.

31 de dezembro de 2019 com relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

TCP Log S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Balanço patrimonial.....	4
Demonstração dos resultados	5
Demonstração dos resultados abrangentes	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
1. Contexto operacional.....	9
2. Políticas contábeis	9
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.....	17
4. Caixa e equivalentes de caixa	18
5. Contas a receber	19
6. Investimentos - Controladora	19
7. Outros créditos	20
8. Imobilizado.....	21
9. Empréstimos e financiamentos	22
10. Partes relacionadas.....	22
11. Obrigações tributárias a recolher	22
12. Outras obrigações	23
13. Imposto de renda e contribuição social.....	23
14. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	24
15. Patrimônio líquido	24
16. Remuneração dos administradores.....	25
17. Receita operacional líquida.....	25
18. Despesas operacionais por natureza	26
19. Resultado financeiro	26
20. Instrumentos financeiros	26
21. Gestão de capital	27
22. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia.....	28
23. Seguros.....	28

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
TCP Log S.A.
Paranaguá - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da TCP Log S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TCP Log S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 23 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/O-6



Guilherme Ghidini Neto
Contador CRC-RS 067795/O-5

TCP Log S.A.**Balço patrimonial**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18			31/12/19	31/12/18		
ATIVO						PASSIVO					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.166	2.394	8.433	4.559	Fornecedores		81	155	81	155
Contas a receber de clientes	5	2.188	2.237	2.188	2.237	Empréstimos e financiamentos	9	-	101	-	101
Impostos a recuperar		67	56	127	95	Dividendos a pagar	15	1.320	729	1.320	729
Outros créditos	7	24	501	24	501	Partes relacionadas	10	-	1.998	-	1.998
		8.445	5.188	10.772	7.392	Obrigações tributárias a recolher	11	842	595	842	595
						Outras obrigações	12	280	382	280	382
								2.523	3.960	2.523	3.960
Não circulante						Não circulante					
Depósitos judiciais		32	4	32	4	Provisão para riscos tributários	14	11	61	11	61
Impostos diferidos	13	20	40	20	40			11	61	11	61
Investimentos	6	2.327	2.204	-	-						
Imobilizado	8	1.348	1.527	1.348	1.527						
Intangível		13	19	13	19						
		3.740	3.794	1.413	1.590						
						Patrimônio líquido	15				
						Capital social		1	1	1	1
						Reservas de lucros		9.650	4.960	9.650	4.960
						Lucros acumulados		-	-	-	-
								9.651	4.961	9.651	4.961
Total do ativo		12.185	8.982	12.185	8.982	Total do passivo e do patrimônio líquido		12.185	8.982	12.185	8.982

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP Log S.A.

Demonstração dos resultados

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Receita operacional líquida	17	12.459	9.532	12.459	9.532
Custo dos serviços prestados	18	(4.569)	(5.085)	(4.569)	(5.085)
Lucro bruto		7.890	4.447	7.890	4.447
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	18	(338)	(227)	(338)	(227)
Equivalência patrimonial	6	123	120	-	-
Outras receitas operacionais		224	205	224	205
Total das receitas (despesas) operacionais, líquidas		9	98	(114)	(22)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		7.899	4.545	7.776	4.425
Financeiras, líquidas	19	5	(222)	128	(102)
Lucro antes dos impostos		7.904	4.323	7.904	4.323
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	(2.603)	(1.395)	(2.603)	(1.395)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	(20)	(10)	(20)	(10)
Lucro líquido do exercício		5.281	2.918	5.281	2.918
Lucro líquido, básico e diluído, por ação – R\$		0,65	0,36		

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP Log S.A.

Demonstração do resultado abrangente

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Lucro líquido do exercício	5.281	2.918	5.281	2.918
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente	5.281	2.918	5.281	2.918

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP Log S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Lucros Retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1	2.181	-	2.182
Lucro líquido do exercício		-	-	2.918	2.918
Reversão de dividendos		-	590	-	590
Dividendo mínimo proposto		-	-	(729)	(729)
Lucros retidos a distribuir		-	2.189	(2.189)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1	4.960	-	4.961
Reversão de dividendos	15	-	729	-	729
Lucro líquido do exercício		-	-	5.281	5.281
Dividendos mínimos propostos	15	-	-	(1.320)	(1.320)
Lucros retidos a distribuir		-	3.961	(3.961)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1	9.650	-	9.651

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP Log S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Lucro líquido do exercício	5.281	2.918	5.281	2.918
Equivalência patrimonial	(123)	(120)	-	-
Depreciações e amortizações	768	411	768	411
Provisão juros sobre empréstimos e mutuo	29	314	29	314
Provisão crédito liquidação duvidosa	(7)	(63)	(7)	(63)
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	22	33	22	33
Impostos diferidos	20	10	20	10
	5.990	3.503	6.113	2.471
Variação nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:				
Redução (aumento) das contas a receber de clientes	56	(258)	56	(258)
Redução de outros créditos	19	462	19	462
Aumento de impostos a recuperar	(11)	(26)	(32)	(98)
Aumento de depósitos judiciais	(28)	-	(28)	-
Aumento (redução) de fornecedores	(74)	4	(74)	4
Aumento de impostos e contribuições a recolher	2.633	1.356	2.633	1.356
Impostos pagos	(2.386)	(1.202)	(2.386)	(1.152)
Contingências pagas	(72)	-	(72)	-
Redução de outras obrigações	(102)	(11)	(102)	(11)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	6.025	3.828	6.127	3.926
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:				
Adições do imobilizado e intangível	(125)	-	(125)	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(125)	-	(125)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:				
Juros pagos	(2)	(10)	(2)	(10)
Pagamento empréstimo amortização	(101)	(134)	(101)	(134)
Dividendos pagos	-	-	-	-
Juros pagos s/mútuo	(305)	(223)	(305)	(223)
Pagamento de mútuo	(1.720)	(3.000)	(1.720)	(3.000)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos	(2.128)	(3.367)	(2.128)	(3.367)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	3.772	461	3.874	559
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:				
No início do exercício	2.394	1.933	4.559	4.000
No final do exercício	6.166	2.394	8.433	4.559
	3.772	461	3.874	559

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O TCP Log S.A. (“Companhia”) foi criado em 10 de março de 2011, com a denominação social de VIKAS Empreendimentos e Participações S.A, com o capital de R\$1 sendo dividido em 8.116.936 ações. Em 6 de julho de 2011 a Companhia mudou sua razão social para TCP Serviços Logísticos S.A, e sua sede transferida para a cidade de Paranaguá – PR, Avenida Portuária, s/n, Dom Pedro II. Em 16 de abril de 2012 a Companhia alterou sua razão social para TCP Log S.A.

A Companhia tem por objeto:

- a) Prestar serviços de operador de logística de cargas em geral, inclusive contêineres, atuando como consolidador de cargas e agenciando, gerenciando e/ou executando seu transporte nos diversos modais;
- b) Prestar serviços de gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição, unidades de armazenagem, armazéns gerais, entrepostos aduaneiros do interior, bem como demais serviços de despacho aduaneiro;
- c) Prestar serviços de armazenagem, movimentação e manutenção de contêineres;
- d) Desenvolver e manter retroáreas e estacionamentos para veículos automotores;
- e) Importar, exportar, comprar, vender, distribuir, arrendar, locar e ceder contêineres, máquinas, equipamentos e insumos relacionados com as atividades descritas nas alíneas anteriores;
- f) Desenvolver, incorporar, gerenciar e operar parques logísticos, inclusive com compra, venda, locação, arrendamento ou cessão de áreas ou espaços comerciais a terceiros, bem como explorar direitos de passagem e demais oportunidades imobiliárias relacionadas ao ramo da logística ou atividades afins;
- g) Executar todas as atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas nas alíneas anteriores, além de outras que utilizem como base a estrutura da Companhia, e;
- h) Participar direta ou indiretamente de sociedades, consórcios, empreendimentos e outras formas de associação cujo objeto seja relacionado a qualquer das atividades indicadas nas alíneas anteriores, inclusive de operações reguladas ou sujeitas aos regimes de concessão, permissão ou autorização.

Em 02 de junho de 2017 a Companhia integralizou o capital do Centro Logístico de Paranaguá o qual está ativo, mas sem operação no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2. Políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir.

2.1 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da controladora TCP LOG S.A. e de sua controlada TCP LOG Centro Logístico Industrial Aduaneiro Paranaguá Ltda. A demonstração da controlada é elaborada com base nos saldos do exercício de 2019 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, portanto, não existe qualquer defasagem em relação ao exercício de apresentação da controladora.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Na divulgação apresentada foram utilizadas políticas contábeis consistentes e eliminados todos os saldos, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

Nome	Principal atividade	País - sede	% Participação	
			2019	2018
TCP Log Centro Logístico Industrial Aduaneiro Paranaguá Ltda.	Armazenamento	Brasil	100%	100%

2.2 Base para elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

As Demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.4 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia, individual e consolidada, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Somente as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas vigentes em 31 de dezembro de 2019.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; a provisão para devedores duvidosos; provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 23 de março de 2020.

2.5 Reconhecimento de receita de contratos

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

O CPC 47 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes.

(a) Prestação de serviços

A Companhia está envolvida na exploração, sob o regime de concessão, de instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. Adicionalmente, seu plano de negócios demonstra que os resultados futuros de suas operações serão compatíveis com as obrigações do contrato de concessão.

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de vendas individuais. Os preços de venda individuais são determinados com base na tabela de preços que a Companhia utiliza para as transações de venda de cada serviço separadamente.

Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de serviço individuais são amplamente similares.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Provisões de receitas

As provisões de receitas são registradas ao final de cada encerramento mensal, considerando o status de cada serviço prestado, para as quais será gerado documento fiscal pertinente no mês subsequente. Para os serviços prestados parcialmente, considera-se a porcentagem de conclusão dos mesmos até o encerramento do mês para o registro do valor.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.6 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço, conforme regime de apuração Lucro Real.

Imposto sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviço exceto quando:

- Os impostos sobre os serviços incorridos não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre serviços;
- O valor líquido dos impostos sobre serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social - PIS: 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,6%
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS: 4% sobre Serviços de Armazenagem.

2.7 Instrumentos financeiros

A Companhia não possui nenhum instrumento financeiro ou operação para o qual se tenha aplicado contabilidade de hedge em suas demonstrações financeiras.

Em 2019, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos do CPC 48. A Companhia não identificou nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido pela adoção.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, outros empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Estes ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Depósitos judiciais, contas a receber de partes relacionadas e contas a receber são classificados nesta categoria. Adicionalmente, A Companhia possui investimentos classificados como caixa e equivalentes de caixa inclusos nesta categoria.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo são realizados ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os seus riscos e retornos para terceiros. Em transações onde tais ativos financeiros são transferidos para terceiros, porém sem a efetiva transferência dos respectivos riscos e retornos, o ativo não é desreconhecido.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos para cálculo das despesas com juros. O método dos juros efetivos calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. Estão aqui classificados os saldos de fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e tributos parcelados.

Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.9 Imobilizado

Edificações, equipamentos e veículos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados de forma prospectiva, se necessário, na data de encerramento do exercício.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

• Empilhadeiras	5 a 10 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Equip. de processamento de dados	10 anos
• Máquinas e equipamentos	10 anos
• Edificações e instalações	25 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.10 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. A vida útil de ativo intangível da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é avaliada como definida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

2.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

2.12 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins sendo representados por valores depositados em conta corrente e caixa. A Companhia também considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.13 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.15 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

CPC 06 R2 Operações de arrendamento mercantil

Em vigor desde 01 de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases. O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial.

A Companhia adotou a nova norma na data de vigência requerida com base no método de reconhecimento subsequente aplicando aos saldos e aos novos contratos a nova regra.

Norma emitida em 2016 pelo IASB e transformada em CPC 06 (R2) no final do ano seguinte, modifica a forma de reconhecimento das operações de arrendamento e/ou com características de arrendamento (direito de controle e benefício econômico), onde os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2) entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia reconheceu em seu ativo imobilizado o valor de R\$ 458 referente aos contratos de locação e R\$ 458 como depreciação. O método de depreciação é linear. A Companhia não possui contrato de arrendamento vigente em 31 de dezembro de 2019.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Caixa e bancos	85	105	111	120
Aplicações financeiras				
Banco Santander	5.649	2.179	7.890	4.329
Banco Itaú	432	110	432	110
	6.166	2.394	8.433	4.559

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações compromissadas de renda fixa, remuneradas a taxas que variam de 90,3% a 99,5% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Os resgates são efetuados conforme necessidade de caixa. Não existem restrições para a utilização dos saldos de caixa e equivalentes de caixa.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

5. Contas a receber

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/12/19	31/12/18
Cientes	1.133	1.391
Serviços prestados e não faturados	1.104	902
Provisão devedores duvidosos	(49)	(56)
	2.188	2.237

Os saldos de contas a receber de clientes estão representados por créditos relativos aos faturamentos dos serviços prestados aos clientes com giro inferior a 30 dias de liquidação. A Companhia opera com clientes concentrados e em 31 de dezembro de 2019 os cinco maiores representam 84% (82% em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as análises dos vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são as seguintes:

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/12/19	31/12/18
A vencer	1.680	1.848
Vencidos em até 30 dias	350	59
Vencidos de 31 a 90 dias	12	73
Vencidos de 91 a 180 dias	86	34
Vencidos acima de 180 dias	109	279
	2.237	2.293

Os valores apresentados na provisão para crédito de liquidação duvidosa representam o valor imparcial da probabilidade de perda dos recebíveis sobre condições atuais e previsões de condições econômicas futuras para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa totalizava R\$ 49 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 56 em 2018). A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/12/19	31/12/18
Saldo no início do exercício	(56)	(119)
Baixa de provisão	28	135
Constituição de provisão	(21)	(72)
Saldo no final do exercício	(49)	(56)

6. Investimentos - Controladora

Em 18 de julho de 2013, a Companhia registrou na junta comercial o contrato social do Centro Logístico de Paranaguá, para o qual foi contabilizado o investimento a integralizar no valor de R\$ 2.000. Em 02 de junho de 2017 a Companhia integralizou o capital na controlada.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Saldo no início do exercício	2.204	2.084
Equivalência patrimonial ¹	123	120
Saldo no final do exercício	<u>2.327</u>	<u>2.204</u>

1 – Equivalência patrimonial proveniente de rendimento de aplicação financeira mantida na Controlada.

7. Outros créditos

	<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Aluguéis antecipados/IPTU	<u>24</u>	<u>501</u>
Saldo no final do exercício	<u>24</u>	<u>501</u>

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

8. Imobilizado

As movimentações do imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

Vida útil	Controladora e consolidado						Total
	25 anos	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos	Ativo de direito de uso (a)	
Custo	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos e processamentos de dados	Empilhadeiras	Ativo de direito de uso (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	418	105	30	145	3.363	-	4.061
Saldo em 31 de dezembro de 2018	418	105	30	145	3.363	-	4.061
Aquisições	125	-	-	-	-	458	583
Saldo em 31 de dezembro de 2019	543	105	30	145	3.363	458	4.644
Depreciação	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos e processamentos de dados	Empilhadeiras	Ativo de direito de uso (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(5)	(25)	(10)	(75)	(2.016)	-	(2.131)
Depreciação	(19)	(12)	(3)	(27)	(342)	-	(403)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(24)	(37)	(13)	(102)	(2.358)	-	(2.534)
Depreciação	(20)	(9)	(3)	(22)	(250)	(458)	(762)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(44)	(46)	(16)	(124)	(2.608)	(458)	(3.296)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	394	68	17	43	1.005	-	1.527
Saldo em 31 de dezembro de 2019	499	59	14	21	755	-	1.348

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

9. Empréstimos e financiamentos

	Taxa anual de juros anual	Controladora e Consolidado	
		31/12/19	31/12/18
Finame	6%	-	101
Passivo circulante		-	101

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a Companhia encontra-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais desses empréstimos e financiamentos.

10. Partes relacionadas

	Passivo - Contas a pagar - Mútuo	
	Controladora e Consolidado 31/12/19	Controladora e Consolidado 31/12/18
TCP Terminal - mútuo	-	1.998

Em 19 de dezembro de 2016 foi assinado um mútuo entre o TCP Terminal S.A. e a TCP Log S.A., no montante de R\$ 1.720, com vencimento em 01 de janeiro de 2019 de acordo com termo aditivo assinado em 18 de dezembro de 2017. O mútuo é remunerado por 100% do CDI + 1% ao ano. Os contratos foram liquidados integralmente durante o primeiro semestre de 2019.

11. Obrigações tributárias a recolher

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/12/19	31/12/18
IRPJ	491	348
CSLL	181	130
ISS	42	31
PIS	21	14
COFINS	99	65
Outros impostos	8	7
	842	595

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

12. Outras obrigações

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/12/19	31/12/18
Adiantamentos de clientes	16	83
Provisão de bônus	48	53
Provisão de férias e 13º salário	118	93
Outras obrigações trabalhistas	98	88
Outras obrigações	-	65
	280	382

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A partir de 01 de janeiro de 2017 a Companhia passou a adotar o regime de tributação de lucro real em substituição ao regime presumido que foi adotado até 31 de dezembro de 2016.

Baseado na expectativa de lucratividade, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias sobre a provisão para liquidação duvidosa e provisão para contingências.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	Controladora e consolidado	Controladora e consolidado
	31/12/19	31/12/18
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	49	56
Provisão para contingências	11	61
	60	117
Alíquota	34%	34%
Total Imposto diferido ativo	20	40

b) Imposto de renda e contribuição social correntes – Controladora e Consolidado

	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora		Controladora	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	7.904	7.904	4.323	4.323
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Tributos	(1.976)	(711)	(1.081)	(389)
Equivalência patrimonial	31	11	30	11
Outras	(2)	-	-	-
Diferença de alíquota	24	-	24	-
Total de tributos lançados ao resultado	(1.923)	(700)	(1.027)	(378)
Alíquota efetiva	24%	9%	24%	9%
Tributos correntes	(1.908)	(695)	(1.019)	(376)
Tributos diferidos	(15)	(5)	(8)	(2)

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	31/12/2019 Consolidado		31/12/2018 Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	7.904	7.904	4.323	4.323
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Tributos	(1.976)	(711)	(1.081)	(389)
IRRF Fonte	31	11	30	11
Outras	(2)	-	-	-
Diferença de alíquota	24	-	24	-
Total de tributos lançados ao resultado	(1.923)	(700)	(1.027)	(378)
Alíquota efetiva	24%	9%	24%	9%
Tributos correntes	(1.908)	(695)	(1.019)	(376)
Tributos diferidos	(15)	(5)	(8)	(2)

14. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza tributária para as quais mantém provisão como a seguir:

	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Tributárias	61	11	(72)	-
Trabalhista	-	11	-	11
Total	61	22	(72)	11

As provisões para riscos tributários foram constituídas para fazer face ao mandado de segurança nº **53.2017.4.04.7000/PR** o qual permite a exclusão da base de cálculo do Pis/Cofins o valor do ISS sobre o faturamento apurado no mês. Em junho de 2019 a Companhia recolheu a diferença de Pis/Cofins referente aos créditos tomados após decisão desfavorável quanto ao uso do ISS na base de crédito.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém, ainda, outros processos trabalhistas em andamento, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 369 (R\$ 45 em 31 de dezembro de 2018), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, o capital social autorizado era de R\$1, representado por 8.116.936 ações unitárias, ordinárias nominativas.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

b) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado após constituição da reserva legal, conforme estatuto social da Companhia, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou lucro líquido de R\$5.281 (R\$2.918 em 2018), o que gerou dividendos mínimos registrados no montante de R\$1.320 (R\$729 em 2018) equivalente a R\$ 0,16 (dezesseis centavos) por ação. Em assembleia Geral Ordinária realizada no dia 30 de abril de 2019, ficou determinado que o lucro líquido do exercício de 2018 após a constituição da reserva legal ficará retido, decisão tomada na forma do art. 202, §3º, II da Lei das Sociedades por Ações, ficando a destinação de tal retenção no futuro, integral ou parcial, para distribuição de dividendos aos acionistas mediante deliberação pelo Conselho de Administração da Companhia. Desta forma, os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2018 foram revertidos em sua totalidade.

Em 31 de dezembro de 2019 a reserva de lucros retidos somava R\$9.650 (R\$4.960 em 31 de dezembro de 2018) e deverá ser deliberada por AGO conforme previsto pela legislação societária brasileira.

16. Remuneração dos administradores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia consignou como remuneração dos Administradores o montante de R\$51 (R\$ 34 em 2018).

17. Receita operacional líquida

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/19	31/12/18
Receita bruta de serviços	14.465	10.979
Deduções da receita:		
Impostos federais	(1.326)	(1.011)
Impostos municipais	(476)	(358)
Notas canceladas	(204)	(78)
Total das deduções	(2.006)	(1.447)
Receita operacional líquida	12.459	9.532

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

18. Despesas operacionais por natureza

	Controladora e Consolidado	
	31/12/19	31/12/18
Custos dos serviços prestados	(4.569)	(5.085)
Despesas gerais e administrativas	(338)	(227)
Total das despesas	(4.907)	(5.312)
Despesas por natureza:		
Custos de armazenagem e outros	(1.375)	(1.671)
Despesas gerais e administrativas	(475)	(519)
Depreciações e amortizações	(768)	(411)
Despesas com transporte e combustível	(394)	(962)
Despesa com energia elétrica	(120)	(137)
Provisão/perda devedores duvidosos	7	63
Despesas com pessoal	(1.782)	(1.675)
	(4.907)	(5.312)

19. Resultado financeiro

	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Despesas financeiras				
Despesas bancárias e descontos concedidos	(79)	(41)	(79)	(42)
Juros s/empréstimos	(2)	(10)	(2)	(10)
Juros s/mútuo	(27)	(304)	(27)	(304)
Pis/Cofins sobre receita financeira (1)	(7)	(7)	(7)	(7)
Outras	(35)	(17)	(35)	(17)
Total	(150)	(379)	(150)	(380)
Receitas financeiras				
Aplicação financeira	155	157	278	278
Total	155	157	278	278
Resultado financeiro líquido	5	(222)	128	(102)

20. Instrumentos financeiros

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos períodos mencionados.

Os valores constantes nas contas de ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizadas na forma contratada até 31 de dezembro de 2019 e 2018 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são como seguem:

	Controladora	
	Valor contábil	
	31/12/19	31/12/18
Ativos financeiros		
Caixa, equivalentes de caixa (Nota 4)	6.166	2.394
Contas a receber (Nota 5)	2.188	2.237
	8.354	4.631
Passivos financeiros		
Fornecedores	81	155
Partes relacionadas (Nota 10)	-	1.998
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	-	101
	81	2.254

	Consolidado	Consolidado
	Valor contábil	
	31/12/19	31/12/18
Ativos financeiros		
Caixa, equivalentes de caixa (Nota 4)	8.433	4.559
Contas a receber (Nota 5)	2.188	2.237
	10.621	6.796
Passivos financeiros		
Fornecedores	81	155
Partes relacionadas (Nota 10)	-	1.998
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	-	101
	81	2.254

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Disponibilidades de caixa, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

A Companhia não possui *covenants* (cláusulas restritivas) e bens dados em garantia, atreladas aos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes.

21. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar o início e a continuidade de suas atividades a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ou ajustar esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções ajustar os pagamentos de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

22. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As operações da Companhia compreenderão a prestação de serviços de operador logístico de cargas em geral e gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição e outros.

A TCP Log celebrou a Escritura de Emissão, na qualidade de fiadora e principal pagadora da totalidade das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. ("Emissora") na Escritura de Emissão das Debêntures, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 333, parágrafo único, 366, 368, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e dos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 ("Código de Processo Civil"), e responsabilizando-se solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, pelo fiel, pontual e integral pagamento do Valor Nominal Unitário, Valor Nominal Unitário Atualizado, do saldo do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, da Remuneração das Debêntures previstas na Escritura de Emissão, do Prêmio de Resgate e, se for o caso, dos Encargos Moratórios, bem como todos os tributos, despesas, indenizações e custos devidos pela Emissora com relação às Debêntures, inclusive os honorários do Agente Fiduciário e as despesas por este efetuadas; e eventuais custos necessários e comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos relacionados a Escritura de Emissão ("Obrigações Garantidas" e "Fiança", respectivamente).

Risco de crédito

Esse risco advém de a possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de serviços prestados. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor.

23. Seguros

Em 31 de dezembro de 2019, as operações sob responsabilidade da TCP Log S.A. têm cobertura securitária na apólice de operador portuário do TCP Terminal, com o valor máximo de USD 6 milhões. A apólice de seguro tem vencimento em 13 de abril de 2020, sendo que as importâncias seguradas e seus limites de indenização máximos foram avaliados por perito terceirizado.

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros.